

À Autoridade Tributária

Enquanto Member Writer da Jupiter Editions e tendo tido conhecimento da carta que a Jupiter Editions teve de enviar à Autoridade Tributária por causa do meu livro *Cavaleiros Tecnológicos*, para além de agradecer a coragem à Jupiter Editions em publicá-lo, porque foi preciso coragem, não poderia deixar de dar uma palavra à Autoridade Tributária para poder “interferir” no processo que ainda está a decorrer, uma vez que ainda não houve uma resposta por parte da Autoridade Tributária em relação ao assunto. Vou ser muito breve e vou deixar em anexo a carta que a Jupiter Editions enviou à Autoridade Tributária e que me facultou para poder anexar à presente carta. A Jupiter Editions fez um Pedido de Informação Vinculativa à Autoridade Tributária a perguntar se deveria taxar os meus livros a 23% ou a 6%. A resposta que a Autoridade Tributária der vai ser vinculativa e vai decidir a vida do meu “espírito de autor”.

Em Portugal, bem sabemos que temos um imposto de 23% que vai cair sobre os principais produtos e depois temos um imposto especial reduzido de 6% para determinados bens, como por exemplo os livros. Ora, isto é muito importante e louvável eu ter um imposto reduzido para os livros, porque quando eu tenho um imposto mais reduzido em relação aos livros, isso quer dizer que eu estou a apoiar os escritores a produzirem e também as editoras a celebrarem contratos mais justos para ambas as partes. Se eu tivesse um imposto de 50% sobre os livros, as editoras teriam muita dificuldade em fazer contratos mais justos para os autores, porque iriam também ter de tirar “lucro” de algum lado; e uma vez que 50% já ia para o estado, consegue-se imaginar a dificuldade disto.

No Brasil, fez-se uma coisa horrível, que foi aumentar o imposto dos livros e isso foi desastroso. Às vezes é importante vermos o que está a acontecer lá fora e não copiarmos os maus exemplos, mas os bons. E nesta matéria a Autoridade Tributária deve sair de Portugal com os seus fiscalistas e ligar-se aos fiscalistas lá fora “mais cultos” e sofisticados” que não censuram ou não condenam nenhum “espírito de autor”. Há determinadas matérias, que por serem tão literárias, não é um Código Fiscal que deve regular. Mas se regular, então o Código Fiscal deve ser um pouco mais literário, deve ir ver as letras e perceber um pouco mais de letras, já que quer regular e aplicar impostos sobre as letras. Convido, por isso, a Autoridade Tributária antes de dar uma resposta a ligar-se aos outros sistemas fiscais onde os governos apoiam 100% os escritores. Falo, da Dinamarca, da Alemanha, dos Países Baixos, da Suécia... Falo sobretudo da Noruega, onde temos um sistema a sério que apoia os escritores. E portanto, deve ser para este tipo de sistema fiscal que a Autoridade Tributária portuguesa deverá basear a sua resposta, isto se quiser de facto ser uma Autoridade Tributária séria e sofisticada.

Como escritor, é um pouco injusto e frustrante ver todos os livros a serem taxados a 6% e o meu a 23% só porque tenho uma outra escrita, que é inédita. Isto é o mesmo que ter um sistema a dizer para eu não escrever mais como escrevo. É uma perseguição ao espírito. Se os jovens têm determinada linguagem e se eu quero relatar essa linguagem, se eu passei por determinadas coisas e quero relatar essas coisas na minha fantasia que é baseada numa realidade minha, não acho justo ter um sistema que não me permite relatar, ou que me obriga a fazer uma nova linguagem camuflada, um novo código para poder passar a mensagem. E vejo até aqui um sistema de perversidade, uma hipocrisia disfarçada, porque 23% vão sempre parar aos cofres do Estado, quando devia era ir parar ou aos meus bolsos ou aos cofres da Jupiter Editions. Por isso, vejo aqui um roubo à minha propriedade intelectual. 23% é completamente diferente de 6% e não faz sentido ter livros que o Estado só tributa 6% e outros 23%, porque está a “punir”, mas ao mesmo tempo está a aproveitar-se de uma propriedade intelectual. Está a “confiscar”! Está a meter dinheiro aos bolsos à custa de escritores que têm uma escrita diferente. E depois esse dinheiro que tem origem na escrita dos escritores mais “sensuais” nem sequer vai depois financiar a “escrita sensual” do escritor. Não faz sentido!

Solicito que a Autoridade Tributária responda ao pedido de informação vinculativa da Jupiter Editions com a maior brevidade possível e de modo a que o imposto que incida sobre os *Cavaleiros Tecnológicos* seja o de 6% e não o de 23%, porque quero continuar a saga dos *Cavaleiros Tecnológicos*, quero continuar a escrever sem a sensação de que tenho uma arma fiscal apontada à minha escrita, que me obriga sempre a pensar e a escrever com “asteriscos”, “cardinais” ou “bips”. Quero simplesmente poder continuar a escrever “sem matar” o meu “espírito” e a minha “escrita sensual” com o imposto reduzido de 6% que é o imposto para os livros. Convido a Autoridade Tributária a ver o demo dos *Cavaleiros Tecnológicos* na minha página da Jupiter Editions, antes de tomar a sua decisão.

8 de agosto de 2021, Barac Bielke.

Pedido de informação Vinculativa

Documento que se anexa ao Pedido de Informação Vinculativa com a descrição dos factos cuja qualificação jurídico-tributária se pretende

Entre a sociedade **Jupiter Saturn Neptune New-Orbit-Editions, Lda.**, socialmente designada na sua atividade editorial Jupiter Editions, foi celebrado um contrato de edição com o autor da obra literária **Os Cavaleiros Tecnológicos**, registada em 14 de fevereiro de 2019 com o número de registo **346/2020** e com o número de referência SIIGAC/2020/840, com o nome artístico Barac Bielke nº **426/2020** registado em 21 de fevereiro de 2020 com o número de referência SIIGAC/2020/989. No contrato de edição estipula-se que a Jupiter Editions comercializará com carácter de exclusividade a referida obra literária fazendo a venda por correspondência através da sua loja online.

Pergunta-se qual o imposto que a editora deverá aplicar na venda desta específica obra literária, pretendendo-se saber se a obra literária merece a taxa reduzida de 6% de IVA ou se a esta específica obra deverá incidir a taxa de 23% IVA.

A informação vinculativa que se pretende obter da Autoridade Tributária é que a editora Jupiter Editions pode aplicar a taxa reduzida de 6%.

No entanto, até a Autoridade Tributária prestar tal informação vinculativa, a Jupiter Editions entendeu, por precaução, comercializar a obra literária aplicando a taxa de 23% IVA, pelas seguintes razões:

- i) no site da editora pode ler-se a seguinte sinopse: **«Um requesto cinematográfico de príncipes, irmãos e cavaleiros que abrem uma verdadeira briga de dados e romances. Aborda temas muito sensíveis desde a pornografia, as drogas, o culto orgiástico, “a nova” prostituição tecnológica mediada por uma empresa de dados governada pelo poder, até à indústria gay que veio objetificar e comercializar uma orientação sexual. Tem uma linguagem sexual muito forte, que por vezes choca, mas que é a linguagem verdadeira usada pelos jovens da atual sociedade de informação tecnológica. É um balanço sincero entre o amor, a traição, a inocência, a fantasia, a mentira e a tecnologia. Estamos colocados “na pele” de Arthur que**

inocentemente faz um “pesar de coisas” num impressionante relato dos romances, das mentiras e das armadilhas tecnológicas em que se viu metido.»;

- ii) porquanto se possa achar alguma linguagem de carácter sexual suscetível de ser confundida com linguagem obscena, apesar da JUPITER EDITIONS não considerar a linguagem obscena, defendendo até que é a linguagem atual usada pelos mais jovens no contexto íntimo do seu namoro;
- iii) Ciente a sociedade da polémica que se poderá gerar em torno da específica obra.

Pese embora a Jupiter Editions ter decidido, por precaução, comercializar a obra literária com o imposto IVA de 23%, até indicação em contrário da Autoridade Tributária, através da resposta ao presente pedido de informação vinculativa, a Jupiter Editions defende veementemente que, o imposto correto a ser aplicado na comercialização dos **Cavaleiros Tecnológicos** é o da taxa reduzida de 6% constante no número 2.1 da Lista I anexa ao CIVA relativo aos Bens e Serviços Sujeitos a Taxa Reduzida, não cabendo na exceção que se faz na ressalva do artigo, pelas seguintes razões:

- i) a sinopse é algo comercial que pretende despertar a atenção e interesse ao leitor, (...), pelo que quando a Jupiter Editions aparece com uma sinopse destas a dizer que «tem uma linguagem sexual muito forte, que por vezes choca (...)» o mesmo não significa tratar-se nem de um livro pornográfico nem obsceno, como não significa que a linguagem predominante seja a sexual;
- ii) quando a sinopse diz que o livro aborda temas muito sensíveis desde a pornografia, (...) o culto orgiástico e "a nova" prostituição é preciso ver que o livro é uma crítica relativamente a esses assuntos; ou seja, não é um livro pornográfico; é um livro que faz uma crítica à pornografia, o que é completamente diferente;
- iii) a Jupiter Editions não considera que o livro seja obsceno nem que tenha sequer uma linguagem obscena;
- iv) apesar de o livro conter uma linguagem sexual muito forte, por vezes, essa linguagem aparece sempre num contexto íntimo de namoro ou fantasia através de um relato inocente de uma personagem que está a querer contar o que viu ou viveu na sua fantasia; e que mais uma vez, a Jupiter Editions considera ser este fantástico, que é o livro, completamente diferente de ser obsceno;
- v) o livro é um alerta, sendo uma nobre e inovadora crítica de interesse literário importantíssimo; por exemplo, numa situação em que o próprio namorado quer drogar a personagem principal para introduzir o seu namorado num culto orgiástico com os seus amigos, o livro ensina a dizer não às drogas e a sair desse namoro e a lutar contra isso;

- vi) o livro ajuda a manter a lucidez dos jovens e a dizer-lhes que não têm de experimentar tudo, como drogas, prostituição ou cultos orgiásticos;
- vii) no dicionário Priberam, "obsceno" significa ser "indecente", "lascivo"; e **Os Cavaleiros Tecnológicos** não é nem um livro indecente nem lascivo nem sequer pornográfico, porquanto "ser pornográfico" é aquilo que aproxima à pornografia e que vicia na pornografia; e o livro faz justamente o contrário, porquanto afasta e odeia esse mundo; só que para afastar, no seu fantástico, o livro primeiro conta sobre esse mundo e conta através do relato da personagem principal;
- viii) o livro é uma fantasia e pertence ao inovador género literário da Jupiter Editions de **Crítica em Intriga Tecnológica**;
- ix) **ao aplicar-se a taxa de 23% e não a reduzida de 6% está-se a limitar a liberdade de pensamento crítico e a liberdade de expressão do autor;**
- x) **ao aplicar-se a taxa de 23% e a não a reduzida de 6% está-se "a matar" o espírito de um autor e um novo género literário;**
- xi) **ao aplicar-se a taxa de 23% está-se através de um instituto jurídico-fiscal a censurar a arte criativa de um autor e a impedi-lo que produza numa desigualdade de armas relativamente a outros autores, pondo em crise os direitos intelectuais do espírito deste autor para que possa continuar a desenvolver livremente a escrita da sua inovadora saga e do inovador género literário, sem qualquer censura fiscal.**

Lisboa, 20 de janeiro de 2021

A Gerência

Os sócios-fundadores

JUPITER EDITIONS